

# CPI da Funai e do Incra aprova relatório

Tatyana Vendramini

Em reunião marcada por discussões acaloradas, a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou fatos relativos à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), aprovou o relatório final, nesta quarta-feira (17).

O texto, apresentado ao colegiado na última semana, pede o indiciamento de cerca de 90 pessoas por supostos crimes praticados em processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas e de assentamentos rurais destinados à reforma agrária. Constam ainda proposições referentes à legislação dos dois órgãos citados. O documento será encaminhado às autoridades competentes para que sejam dados os devidos encaminhamentos.

Sub-relatora da CPI, a deputada Tereza Cristina (PSB-MS) afirmou estar certa que o relatório levará justiça e contribuirá para o fortalecimento da Funai e do Incra. “Nosso intuito é fazer um Brasil melhor para os indígenas, os quilombolas e os agricultores”, ressaltou a líder do PSB na Câmara.

Ainda segundo Tereza, ao mostrar o que está errado, o relatório propõe aos órgãos de investigação que aprofundem o tema e busquem a punição, caso venham a se confirmar os indícios apresentados.

No texto, conforme destacou, também são apresentadas medidas para o engrandecimento das políticas públicas que visam a pro-



Líder do PSB acredita que relatório votado e aprovado pelo colegiado levará justiça às minorias

teção das minorias. “Assim, buscamos evidenciar o que está errado para alcançarmos o caminho correto. Continuar no erro sob falso discurso de proteção, não irá resolver o problema daqueles que realmente necessitam”, alertou a socialista ao citar exemplos de assentamentos e terras indígenas em que as pessoas são abandonadas. “Somos testemunhas da miséria pela incompetência do Estado brasileiro ao longo de anos. Vemos várias dessas pessoas vivendo sem acesso à água potável, à saúde ou à educação, por omissão dos órgãos que deveriam assisti-las”.

Em relação à reforma agrária no País, Tereza Cristina voltou a defender políticas públicas que levem a um processo sério e justo. “Precisamos caminhar muito sobre as regras para assentarmos as

pessoas que realmente têm relação com a terra.”

Na semana passada, durante a apresentação do relatório, a parlamentar afirmou ser necessário oferecer condições para que os trabalhadores rurais se desenvolvessem. “Precisamos fazer justiça às minorias no Brasil, mas também aos produtores rurais, que são trabalhadores, que colocam comida na mesa do povo brasileiro. Precisamos acabar com essa divisão e trabalhar para que todos possam produzir e viver de maneira justa no País”, afirmou a socialista.

Os socialistas Adilton Sachetti (MT) e Janete Capiberibe (AP) também integraram a CPI como titulares. Paulo Foletto (PSB-ES) e Fábio Garcia (PSB-MT) ocuparam a suplência no colegiado.

## Cultura

Em entrevista, Stédile fala da importância da leitura para desenvolvimento da Nação

2

## Baleia Azul

Flavinho debate formas de prevenção ao jogo online que estimula o suicídio

3

## Educação

Especialistas discutem acesso ao transporte público universitário

4

Cultura

## Para Stédile, o Brasil precisa investir em leitura para ter desenvolvimento



Socialista concedeu entrevista à TV Câmara para tratar do acesso a bibliotecas públicas

### Moreno Nobre

Em entrevista concedida à TV Câmara na última semana, o deputado federal José Stédile (PSB-RS) voltou a defender a importância da leitura para o desenvolvimento da nação. De acordo com o parlamentar, para ter um país desenvolvido, a população precisa de conhecimento, e isso não acontecerá sem a leitura.

Para o socialista gaúcho, o Brasil deixou de investir recursos importantes para o desenvolvimento intelectual das pessoas. “Precisamos de uma nação consciente, e isso não vai acontecer sem que as pessoas leiam e saibam o que esteja acontecendo ao seu lado, no País, no mundo. Por isso a importância da leitura”, explicou.

Diversas pesquisas apontam que o brasileiro lê pouco e que o País ocupa o 59º lugar no índice de leitura. Stédile considera esse resultado uma catástrofe e acrescentou que dois terços da população jamais

leram e são, também, analfabetas funcionais. “É um desastre para todo o crescimento produtivo da nação. Esses dados precisam ser enfrentados com o investimento na formação das pessoas, nas bibliotecas, educação e formação intelectual”, afirmou.

O socialista destacou o papel das mães na educação das crianças. Por ficarem mais tempo com os filhos, elas são responsáveis por influenciar nas ações deles. Ele lembrou que essa não é regra geral, mas percentualmente as mães ficam 80% do período com os filhos. “Se ela lê, influencia na leitura dos filhos”, disse.

Os professores também são fundamentais nesse desenvolvimento. Nesse sentido, o deputado reforçou a necessidade de valorizar as bibliotecas nas escolas. “Nossa intenção é transformar a biblioteca escolar numa biblioteca pública, onde a mãe possa buscar um livro e incentivar o filho também a ler”, declarou.

## Curtas



Em discurso realizado no Plenário da Câmara, na última semana, o deputado federal **Heráclito Fortes (PSB-PI)** voltou a cobrar a retomada das obras da ferrovia Transnordestina. “O Governo Federal precisa ter sensibilidade e retomar a obra, que é fantástica para toda a Região Nordeste”, destacou. Segundo o parlamentar, 600 quilômetros da ferrovia já foram feitos, no modelo “velho e fracassado” da Transamazônica. “São trechos que levam nada a lugar nenhum, em vez de linha contínua para se chegar do começo ao fim ou vice-versa. Todos os parlamentares, especialmente os do Nordeste, precisam se unir em prol desta causa. A Transnordestina será a redenção da região, e nós não podemos ficar omisso de maneira nenhuma”, completou.



O deputado **Severino Ninho (PSB-PE)** apresentou, nesta semana, o Projeto de Lei nº 7.586/2017, que dispõe sobre a atualização da multa para empregadores que deixarem de pagar a sua parte do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). De acordo com a proposta, a multa irá de R\$ 100 a R\$ 1.000 e deve ser depositada na conta do trabalhador. Atualmente, a empresa que deixa de depositar o FGTS tem multa administrativa que, segundo Ninho, é insignificante. “O pagamento de valores entre R\$ 10,64 e R\$ 106,40 estimula empregadores a inadimplência, uma vez que o valor é irrisório.” Hoje, a multa administrativa é depositada no Fundo e não na conta do trabalhador.

Acompanhe as últimas novidades do PSB também pelo nosso site.



### Como fazer?

Instale um leitor de QR Code no seu smartphone, Ipad ou Ipod Touch; Com o leitor, posicione o celular a centímetros de distância do código até que ele visualize toda a barra; Fotografe o código e espere a página abrir no seu navegador.

## Baleia Azul

### Flavinho destaca o papel da família na prevenção de suicídio

Rhafaél Padilha

A Câmara promoveu, nesta terça-feira (16), debate sobre a proliferação, nas redes sociais, de grupos de jovens relacionados ao jogo “Baleia Azul”. A iniciativa partiu das comissões de Seguridade Social e Família; de Legislação Participativa; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. O seminário recebeu representantes da Organização Mundial da Saúde, do Comitê Gestor da Internet no Brasil, da polícia, do Google, do Facebook e psicólogos.

O requerimento para realização do debate foi de autoria de parlamentares titulares dessas comissões, entre eles o deputado Flavinho (PSB-SP). O socialista lamentou a triste realidade que assola a vida de muitas crianças e adolescentes na web e apontou a valorização da família como arma poderosa no combate a esse mal. “Ao ouvir as palavras do suposto criador



Deputado solicitou a realização do debate

deste jogo, preso recentemente, presumo que teremos muito trabalho para enfrentar esse quadro e demandar ações, sejam no âmbito legislativo, judiciário, penal e, principalmente, familiar.”

Segundo a ONG *SaferNet Brasil*, uma das entidades que acompanha o assunto, a repercussão na mídia causa preocupação nos pais e na sociedade. A formação desses grupos tem sido associada a supostos incentivos a situações de risco entre adolescentes. “Vemos um fruto macabro desse ataque frontal no Brasil e no mundo. O foco central, volto a repe-

tir, é o cuidado com as famílias”, afirmou Flavinho.

A representante da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio, Fernanda Benquerer, apresentou dados técnicos e sugestões de ações articuladas para prevenção ao suicídio. “O suicídio é a 13ª causa de morte no mundo e o comportamento das vítimas é muito complexo, envolve uma série de fatores e eventos que aumentam o risco. O bullying e cyberbullying estão entre eles.”

Integrante do Comitê Gestor da Internet do Brasil, Demi Getschko, acredita que a internet é o espelho da sociedade e nos mostra ações, atividades e mazelas. “A internet não é culpada, ela simplesmente age como termômetro, nos mostrando que existem problemas. Quebrar o termômetro não resolve nada”, explicou ao defender o Marco Civil da Internet. “Ele é um exemplo de equilíbrio entre os extremos e por proteger provedores de conteúdo, e não os autores.”

## Saúde

### Luana Costa apresenta PL em prol dos diabéticos e hipertensos

Mariana Fernandes

De acordo com os relatórios do Programa de Saúde Família do Ministério da Saúde (PSF), o Brasil conta atualmente com 7,5 milhões de hipertensos e 2,5 milhões de pessoas com diabetes. No mundo, a diabetes atinge 150 milhões de pessoas e a projeção feita pela Organização Mundial da Saúde para o ano de 2025 é de 300 milhões.

Para aprimorar os meios pelo qual o diabético e o hipertenso adquirirem produtos alimentícios adequados a sua dieta, a deputada federal Luana Costa (PSB-MA) apresentou, nesta terça-feira (15), Projeto de Lei nº 7.627/17, que obriga os supermercados, hipermercados e

similares a oferecerem, em local específico, os produtos alimentícios destinados aos diabéticos e hipertensos. Se aprovado, o PL ainda garante a advertência por escrito da autoridade competente, multa de 50 salários mínimos e interdição do estabelecimento que descumprir as normas.

“Uma dieta adequada é mais que um saudável hábito alimentar e sim parte do tratamento médico. E como todo tratamento, se ministrado de forma errada pode levar ao agravamento da doença e até ao óbito”, explica a parlamentar ao lembrar que as formas de tratamento, prevenção e controle dessas doenças são semelhantes, sustentadas no tripé medicação, atividade física e alimentação.



Luana afirma que PL facilitará a vida dos pacientes

Para Luana, o projeto procura facilitar a compra desses produtos, o que trará vantagens ao comprador e ao vendedor. “Uma vez que o comprador terá maior facilidade para encontrar produtos adequados a sua dieta, enquanto o vendedor será beneficiado ao aumentar suas vendas”, garantiu.



## Educação

# Danilo preside debate sobre acesso a transporte para universitários



O parlamentar socialista e convidados presentes concordam que repasse da União para o transporte escolar precisa de reajustes para atender a toda população

*Andrea Leal*

A pedido do deputado Danilo Cabral (PSB-PE), a Comissão de Educação realizou audiência pública para debater a oferta de transporte escolar público a universitários. O socialista é autor do Projeto de Lei nº 7.845/14, que determina à União a oferta de ajuda financeira para esse serviço.

A proposta de Danilo está apensada ao projeto que trata do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), em tramitação na Comissão de Educação. “Dados comprovam o aumento do egresso de jovens a universidades nos últimos anos. Para garantir a continuação de políticas públicas de incentivo ao ensino superior, é necessário oferecer condições de deslocamento, principalmente para jovens que estudam em um município e moram em outro”, argumentou o deputado.

Especialistas presentes consideraram pertinente o pleito de Danilo Cabral. Mas, de acordo com a representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, Maria Albuquerque, hoje a obrigação com o transporte é de estados e municípios, sendo função da União apenas dar suple-

mento para ajudar nos custos. “Há uma vontade de contemplar de forma mais ampla o transporte da educação básica que ainda está muito aquém do desejo. Nosso maior problema é orçamentário. Por essa razão, o debate se faz necessário. A medida em que algo é visto como prioridade, passa a fazer parte do orçamento. E também a educação superior merece atenção no que diz respeito ao acesso ao transporte escolar.”

O Brasil possui legislação desde 2013 que permite a utilização do Pnate para alunos universitários, principalmente no programa Caminho da Escola, mas estados e municípios precisam regulamentar essa legislação. “É claro que, nesse sentido, esbarramos mais uma vez na questão orçamentária. A maioria dos municípios não têm quantitativo suficiente de ônibus para atender universitários”, explicou a representante do FNDE.

A vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Maria Goreth da Silva, defende a ampliação de recursos destinados ao transporte escolar. De acordo com ela, na maioria dos municípios o custo com esse tipo de transporte é o segundo mais oneroso no orçamento, perdendo apenas para o pagamento de

peçoal. Além do que, segundo Goreth, o suplemento repassado pela União ao Pnate é defasado, o que sobrecarrega os municípios. “O valor dado pela União não sofre reajuste há dez anos. Incluir o transporte para universitários sem um repasse maior prejudicará o serviço disponibilizado à educação básica”, explicou.

Para o socialista Átila Lira (PSB-PI), que foi secretário de Educação em seu estado, além de aumentar a oferta, é preciso melhorar a qualidade do serviço de transporte escolar. “O valor que a União destina é irrelevante, precisa ser reavaliado. No Piauí, por exemplo, o gasto com o transporte é maior do que com a alimentação escolar. É um problema de difícil solução”, disse o deputado.

A partir dos dados apresentados pelos expositores, Danilo Cabral acredita que esse é o momento de aprofundar o debate e encontrar mecanismos que permitam o aumento do suplemento ofertado pela União. “O foco na atuação política para educação básica é importante. Mas temos que pensar em conjunto com as outras etapas do processo de educação como contribuição para a formação da cidadania”, finalizou.